



Emoções e razões sobre os cem mil mortos pela Covid-19

(Rego, Palácios, Schramm, Borges, Gomes, Lopes, Brito, Guimarães, Narciso, 2020).

DOI: 10.13140/RG.2.2.34151.27049

Essas reflexões foram elaboradas considerando esses tempos difíceis em que vivemos, quando morrem cerca de mil pessoas a cada dia. Apesar desta tragédia humanitária, muitos, inclusive autoridades políticas, não parecem se incomodar com o fato ou ao menos se manifestam publicamente sobre isso. O descaso com a morte e o luto de milhares de brasileiros gera desconforto em diversas pessoas, como nós, que entendem que não deveria ser possível para alguém conviver no espaço público sem reconhecer a legitimidade de cada outro, individual ou social, que habite o mesmo espaço. Parece-nos ser um fato o desconforto que esse tipo de comportamento *blasé* provoca nos mais diferentes grupamentos sociais. Imaginamos que seja possível levantar várias hipóteses e explicações para tal fenômeno e apresentaremos aqui mais uma possível, centrada em algumas das teorias que utilizamos como lentes numa tentativa de compreender o mundo.

Há anos discutimos com alunos e alunas em nossas atividades docentes sobre a dificuldade que se observa em tantas pessoas de perceberem a dimensão moral de uma questão conflituosa qualquer. Às vezes achamos que há um profundo desconhecimento sobre o que seja um problema moral, outras que existem pessoas que não estão interessadas no assunto.

A dificuldade em reconhecer esta dimensão não é difícil de ser caracterizada. Algumas pessoas poderão dizer que um problema é de natureza moral se for possível defini-lo usando a linguagem moral referida aos conflitos de valores envolvidos. Se pudermos discutir o problema em torno do certo e/ou errado, justo e/ou injusto isso significaria que é um problema moral. Entretanto, está claro que podemos caracterizar muitas coisas como certas ou erradas e nem por isso nos referiríamos a um problema moral. Para ficar em um exemplo minimalista, podemos dizer que um erro gramatical em uma redação dificilmente encontrará alguém que o defina como um problema moral.

Outras pessoas parecem tentar solucionar o problema reduzindo-o apenas a um enunciado circular ao afirmar que um problema moral é aquele que uma dada sociedade reconhece como tal. É claro que a pergunta a seguir é saber como poderíamos saber o que uma dada sociedade reconhece como um problema moral. Bom, não seriam os políticos que nos diriam e nem mesmo grupos ideológicos ou religiosos quaisquer. Alguns dizem que deveríamos ir em busca de nossa produção cultural para fazer uma prospecção, buscando o que é considerado, por exemplo, em romances, novelas e/ou peças de teatro o que é lá apresentado como questões morais. Mas é claro



que também nesse campo há uma diversidade grande no que é reconhecido como do campo da moral ou não. Por isso, apesar das boas intenções, também essa forma não é a mais apropriada.

Mas sabemos também que essa diversidade de reconhecimento, identificação, de um problema moral ocorre também, por exemplo, nas atividades técnicas e mesmo científicas, pois nelas podem estar envolvidas práticas que impliquem em sofrimentos potencialmente evitáveis. Sendo os problemas de natureza moral em geral tão polêmicos e (muitas vezes) controversos, muitos daqueles que se dedicam à prática médica (ou mesmo na área da saúde), por exemplo, tentam reduzir tudo à sua dimensão técnica, como se a técnica fosse não tanto um meio para um fim e uma forma de descobrimento e de imposição ou “composição”. Parecem se esquecer que a ciência vinculada à técnica, i.e., a tecnociência, está em permanente evolução e procurando cada vez mais modelos explicativos que superem os que estão dominando em determinado momento histórico. A permanente mudança não é um problema, mas a essência fundamental do seu avanço, que pode ser para o “bem” ou para o “mal”.

Um enunciado que nos parece bem mais razoável para identificar um problema moral é aquele que o considera como todo aquele comportamento ou decisão que possa afetar o bem-estar ou provocar o sofrimento de indivíduos e populações. Existem os que reconhecem esta definição quando esses indivíduos e populações são restritos aos humanos, enquanto outros ampliam o conceito para incluir todos os que são capazes de sentir e perceber através dos sentidos, por exemplo, a dor.

Para tentarmos entender a enorme diversidade de comportamentos, das diferentes percepções sobre quem, e o que, deve ser incluído no campo das questões morais, pode-se perguntar: como entender essa diferença de entendimento?” Será este um problema cognitivo, corrigível com informação? Seria suficiente incluir nos currículos escolares a informação de que devemos nos preocupar com a repercussão do que fazemos (ou que outros fazem) nos demais humanos e, eventualmente, não humanos? Infelizmente a solução não é tão simples. Vejamos.

Humberto Maturana, neurobiólogo chileno, menciona, no livro “Emoções e linguagem na educação e na política” uma história bastante interessante, que transcrevemos a seguir:

“Em 1955 eu era estudante na Inglaterra. Visitei, com vários amigos chilenos, uma exposição de quadros de um pintor japonês sobre a destruição e o sofrimento gerados pela bomba atômica lançada sobre Hiroshima. Ao sair, um dos meus amigos disse: “— Que me importa que tenham morrido cem mil japoneses em Hiroshima, se eu não conhecia nenhum!” Ouvir isto me deu calafrios e, ao mesmo tempo, me pareceu maravilhoso. Agradei ao meu amigo que o tenha dito, porque me fez entender algo fundamental: se não tenho imaginação para incorporar aqueles japoneses no meu mundo, aceitando-os como legítimos outros na convivência, não posso preocupar-me com o que lhes acontece como consequência de meus atos. Sua honestidade era maravilhosa e reveladora, ainda que chocante.”
(Maturana, 2002: 72)



Ou seja, uma pré-condição para que se perceba um problema moral em algum fato social, seja de que natureza for, é a aceitação daquele outro como um legítimo outro com o qual se partilha a condição que o(a) faz reconhecê-lo (seja a condição humana, seja a condição de ser senciente). Assim, compreende-se os diferentes âmbitos que diferentes pessoas incorporam como em seu domínio moral: apenas o próprio indivíduo; ele e seus familiares (incluindo ou não amigos mais próximos); membros da mesma corporação ou ofício; membros de sua própria classe social ou qualquer outra forma classificatória de indivíduos (cor, gênero, etc.); concidadãos; outros humanos; seres sencientes; ou até mesmo a própria Gaia, compreendendo o próprio planeta como merecedor da mesma preocupação com a repercussão das ações que afetam seu bem-estar.

Para Maturana, o humano se constrói no entrelaçamento entre o racional e o emocional. Argumentos racionais, para ele, dificilmente atingirão pessoas que já não compartilhem de suas premissas. Assim, há que se reconhecer e trabalhar também o domínio afetivo, emocional, e não apenas o racional, se se pretende de fato tocar o outro. Ademais, torna-se necessário o reconhecimento de que é o domínio afetivo que funciona como motor da ação. Quando pensamos em decisões autônomas de um indivíduo, deve-se compreender que esta ação está sendo motivada pela emoção. De acordo com Maturana, “cada vez que escutamos alguém dizer que ele ou ela é racional e não emocional, podemos escutar o eco da emoção que está sob essa afirmação, em termos de um desejo de ser ou de obter. Cada vez que afirmamos que temos uma dificuldade no fazer, existe de fato uma dificuldade no querer, que fica oculta pela argumentação sobre o fazer”. (Maturana, 2002: 23).

Assim, podemos entender o ar *blasé* mencionado no início deste texto como sendo expressão da incapacidade emocional e racional em incluir o outro, no caso os brasileiros que se encontram sob maior risco de terem uma evolução insatisfatória decorrente da Covid-19, como indivíduos com os quais se sente e compreende como merecedores da mesma preocupação que aqueles indivíduos com os quais se preocupam de fato. Reconhecer em nosso domínio moral um outro, que a princípio categorizamos como distante de nós, é também um exercício ético de imaginação.

Também se compreende o impacto sobre a saúde mental de parcela significativa da população que sente a morte de milhares de pessoas como um problema moral importante e tem que lidar com a própria impotência e o cinismo daqueles que têm poder para intervir. Não é à toa que temos visto redes de solidariedade se constituírem em muitos lugares. Essas podem ser vistas também como tentativas de proteger a própria saúde mental empreendendo ações que visam enfrentar, ainda que seu alcance seja pequeno, a própria impotência e incluindo outros como alvo de tais ações solidárias.

Referência:

Maturana, Humberto. Emoções e linguagem na educação e na política. Tradução de José Fernando Campos Fortes. 3a Reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002

OBSERVATÓRIO COVID-19 INFORMAÇÃO PARA AÇÃO

Autores:

Sergio Rego - Ensp/Fiocruz – PPGBIOS - PQ CNPq – GT Bioética Abrasco - Rio de Janeiro Unit/Unesco Chair of Bioethics at Haifa, Projeto Wellcome Trust/Fiocruz - Grant n. 218750/Z/19/Z.
starego@gmail.com

Marisa Palácios – Nubea/UFRJ, PPGBIOS, GT Bioética Abrasco - Rio de Janeiro Unit/Unesco Chair of Bioethics at Haifa.

Fermin Roland Schramm – Ensp/Fiocruz – PPGBIOS - Rio de Janeiro Unit/Unesco Chair of Bioethics at Haifa

Luna Borges Pereira Santos – PhD candidate UnB - Kaufman Fellow at International Planned Parenthood Federation/Western Hemisphere Region (IPPF/WHR)

Andreia Patricia Gomes – UFV, PPGBIOS.

Fernanda Lopes – Ensp/Fiocruz, PhD candidate PPGBIOS.

Luciana Brito – Anis, Rio de Janeiro Unit/Unesco Chair of Bioethics at Haifa, GT de Bioética da Abrasco, Wellcome Trust/Fiocruz Grant n. 218750/Z/19/Z.

Reinaldo Guimarães – Nubea/UFRJ – Abrasco.

Luciana Narciso - Ensp/Fiocruz - PPGBIOS – GT Bioética Abrasco – Rio de Janeiro Unit/Unesco Chair Haifa.

Contribuições: Sergio Rego escreveu a primeira versão do texto, o qual foi debatido com os demais autores. Elaboraram-se, então, sucessivas versões, até a presente, considerada final. Todos os autores participam do Observatório Covid-19, GT de Bioética, organizado na Fundação Oswaldo Cruz.

Participam do GT de Bioética do Observatório Covid-19 docentes da: ENSP/Fiocruz, NUBEA/Ufrj, UERJ, UFF, UFV, UNIFESP; também, docentes do Programa de Pós-graduação em Bioética e Ética Aplicada (PPGBIOS), do GT Bioética da Abrasco e da Rio de Janeiro Unit of the International Network of the Unesco Chair in Bioethics at Haifa.